

UMA CRÍTICA À MONTAGEM CAPITALISTA, COLONIAL, PATRIARCAL

A CRITICISM OF THE MONTAGE CAPITALISTIC, COLONIAL, PATRIARCAL

Julia Expósito¹

<http://orcid.org/0000-0001-5671-1934>

Emiliano Sacchi²

<http://orcid.org/0009-0002-8344-1081>

Tradução de Gabriel E. Vitullo

<https://orcid.org/0000-0002-7019-8820>

RESUMO

Neste trabalho buscamos indagar, de modo crítico, sobre a relação entre capitalismo, patriarcado e colonialidade. Essas três dimensões constituem-se mutuamente e sem hierarquias, formando uma montagem em que cada uma é suporte das outras. O capitalismo, a colonialidade e o patriarcado nasceram no mesmo dia e sob uma relação de pressuposição mútua. Quer dizer, os respectivos formatos de organização da experiência em termos de classe, raça, sexo, gênero não são realidades distintas que existam isoladas entre si e cuja articulação só seja possível *a posteriori*. Para formular essas questões vamos encarar nosso trabalho a partir de duas perspectivas. Por um lado, desde *uma crítica decolonial* que foi trabalhada, sobretudo, na vinculação entre capitalismo e colonialidade. Por outro, desde *uma crítica feminista* que tem trabalhado na relação entre capitalismo e patriarcado. Seguindo esses desenvolvimentos, reconhecendo suas potencialidades e seus limites, pretendemos alcançar algumas estratégias para compreender o *triedro capitalista colonial patriarcal*, a figura que compõem, a força de seus relacionamentos e suas linhas de fratura.

Palavras-chave: Capitalismo, colonialidade, patriarcado, marxismo, feminismo.

1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET/Argentina) e professora da Universidade Nacional de Rosario (UNR/Argentina). Argentina. E-mail: expositojudia@gmail.com

2 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires. Pesquisador do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET/Argentina) e professor da Universidade Nacional do Comahue (UNCO/Argentina). E-mail: emilsacchi@gmail.com

ABSTRACT

In this work we propose to critically investigate the relationship between capitalism, patriarchy, and coloniality. These three dimensions constitute each other without hierarchies, forming an assembly in which each one supports the other. Capitalism, coloniality and patriarchy were born on the same day and under a relationship of mutual presupposition. That is to say, the respective forms of organization of experience in terms of class, race, sex, gender, are not different realities that exist isolated from each other and whose articulation is only possible a posteriori. To raise these questions we are going to approach our work from two perspectives. On the one hand, from a decolonial critique that has worked, above all, on the link between capitalism and coloniality. On the other hand, from a feminist critic who has worked on the relationship between capitalism and patriarchy. Following these developments, recognizing their potential and their limits, we aim to achieve some strategies to understand the patriarchal colonial capitalist trihedral, the figure they compose, the strength of their relationships and their lines of fracture.

Keywords: Capitalism, coloniality, patriarchy, Marxism, feminism.

I. INTRODUÇÃO

Na teoria política contemporânea vêm ganhando crescente relevância os debates em torno às diversas relações entre capitalismo, patriarcado e colonialismo, particularmente em suas formas neoliberais. Se manifesta um interesse em compreender como as transformações experimentadas pelo modo de acumulação capitalista a partir da década de 70 e as correspondentes reestruturações neoliberais no mundo do trabalho e nas formas de subjetividade se encontram profundamente vinculadas às reconfigurações patriarcais e coloniais.

Esse interesse tem aberto uma série de questões que queremos problematizar. Em primeiro lugar, supõe debater a historização etapista e evolucionista do capitalismo, habilitando a pergunta pela especificidade das relações capitalistas ao questionar a centralidade (hegemônica ou tendencial) do trabalho assalariado e da produção ampliada do capital frente às formas de trabalho sem salário (marginal, informal, reprodutivo, etc.). Em segundo lugar, possibilita interrogarmo-nos a respeito dos modos em que a acumulação se vincula de forma histórica e estrutural com as hierarquias sexo-genéricas, raciais e coloniais, dando lugar a uma imagem completamente diferente daquilo que entendemos por capitalismo.

Essas questões nos levam a recuperar outras formas de compreensão do capitalismo que sublinham, desde diversas perspectivas, seu caráter heterogêneo, desigual, *abigarrado*, complexo e multidimensional, para além dos reducionismos economicistas. Nos permitem interrogá-lo como um sistema no qual as relações reprodutivas, as formas heterogêneas de trabalho, mas também o sistema hetero-patriarcal e a colonialidade têm importância central. Nos propõe submergirmo-nos em uma história não oficial do capitalismo e em uma historicidade na qual as lutas desbordam a classe e desmentem sua pretensa homogeneidade; umas lutas para as quais as hierarquias raciais e sexuais foram tão decisivas quanto as de classe; umas lutas anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais que se solapam e se enfrentam, umas lutas de classes sexualizadas e racializadas, umas lutas de raças e sexos explorados, umas lutas de povos, de subjetividades e corpos colonizados e feminizados. Nos convida a interrogar a história não com a bússola do conquistador, nem com o cinto do marido e tampouco com as palavras de ordem do trabalhador assalariado, mas com as mãos calejadas pelo cloro e envelhecidas pela limpeza, com as mil línguas que se falam no navio negreiro, na plantação e na mina, com a memória silenciosa das originárias, desde o apagamento dos genocídios contra os povos colonizados, com os olhares cúmplices que atravessam o barulho incessante das maquilas, com as asinhas quebradas de tantx putx maltratadx, desde um presente que acumula transfemicídios.

Diante das análises que sustentam que o capitalismo é, no fundo, sempre o mesmo, ou frente àqueles outros que pretendem conjurar o neoliberalismo para assim devolver à democracia sua potência e ao capital seu equilíbrio, sua imbricação com o patriarcado e a colonialidade nos mostra a natureza heterogênea e histórica do capitalismo, mas também desses e de sua montagem. Não se trata apenas de reconhecer que o capitalismo tem uma história colonial e patriarcal. Isto é fato, mas é apenas uma parte. Essa história é constitutiva, não acidental nem contingente. Os diferenciais de raça e sexo foram, sem dúvida, uma das alavancas mais potentes da acumulação capitalista. Se é verdade que o capital veio ao mundo jorrando sangue e sujeira por todos os poros, esse sangue não era apenas de uns corpos marcados pela sua condição de classe, mas pela sua condição racial e sexual. Por isso, a relação capitalista específica é já, na sua origem, uma relação colonial e patriarcal. Estas questões nos convidam a pensar em um processo de lutas resistentes contra o neoliberalismo que não suponham nem a identidade sem história de um capitalismo silogístico nem a nostalgia da idade dourada de um capitalismo equitativo. Pelo contrário, nos permitem interrogarmos a respeito do papel da diferença sexual e racial como mecanismo modulador da exploração, do despojo, da violência, da exposição à morte, na lógica e na história do capitalismo, que é a história também do patriarcado e do colonialismo. Se abrem assim, novas e novas perguntas, como compreender o neoliberalismo nesta história. O que é o neo? Seu devir multicultural dos anos 90 ou seu devir o racista, misógino, transodiante das *alt right* contemporâneas? Ou, por acaso, se trata de diferentes modulações de uma montagem sempre capitalista, colonial e patriarcal?

Finalmente, pensar nos termos dessa montagem nos põe uma questão que não é apenas a do caráter colonial e patriarcal do capitalismo, mas também a mais intrincada,

aquela referente ao modo como esses três termos, capitalismo, patriarcado e colonialidade, se relacionam entre si e se constituem mutuamente³. Se simplesmente falarmos de “capitalismo patriarcal” ou de “capitalismo colonial” reduzimos o patriarcado e a colonialidade a meros adjetivos; fazemos deles meros acidentes do capitalismo, características históricas, contingentes e, portanto, superáveis dentro do mesmo. A hipótese que guia nosso trabalho é que essas três dimensões constituem uma relação de pressuposição mútua e sem hierarquias de uma sobre as outras. Uma espécie de triedro no qual cada dimensão sustenta a outra e a montagem em sua totalidade. Sobre as *origens* de cada uma dessas dimensões, se poderia postular a existência de um patriarcado “de baixa intensidade” pré-capitalista ou pré-colonial, de umas formas “proto-capitalistas” anteriores à acumulação colonial e à divisão patriarcal produção/reprodução, ou de formas coloniais anteriores à conformação do mercado mundial capitalista e ao sistema sexo-gênero moderno. Mas esses postulados partem de um suposto teleológico que projeta o presente sobre o passado e busca neste as supostas figuras “embrionárias” do existente. Por isso, nos interessa nos interrogarmos pelo *nascimento*. Parafraseando Aníbal Quijano (1991), o capitalismo, a colonialidade e o patriarcado nasceram no mesmo dia e sob uma relação de pressuposição mútua. Quer dizer, capitalismo, colonialidade e patriarcado e as respectivas formas de organização da experiência em termos de classe, raça, sexo, gênero não são realidades distintas que existam isoladas entre si e cuja articulação só venha a ser possível *a posteriori*. Como explica a teórica zimbabuense Anne McClintock (1995), se essas três dimensões existem *em* relação entre si é porque só existem *através* dessa mesma relação. Por isso falamos de um triedro: nesta figura cada uma das dimensões depende das outras e vice-versa. O patriarcado não se refere a uma “questão de gênero”, mas também à questão da exploração e do despojo colonial. A colonialidade não é apenas uma questão de apropriação e divisão do mundo e de populações em termos de raça, mas também uma questão de controle do trabalho e de imposição das hierarquias de gênero sobre as quais se apoia. Faz tempo que sabemos que o capitalismo não se refere apenas à acumulação de capital e trabalho disponível, mas à produção de diferenças e hierarquias raciais, sexuais, genéricas, ao despojo colonial, ao patriarcado salarial, aos diferenciais de exploração. Isso não implica considerar que esses domínios sejam idênticos e redutíveis entre si. Antes o que está no jogo é que possamos *identificar* cada um desses planos de forma isolada, dado que a intenção de *explicar* cada um deles, necessariamente, se *complica* em seus dois planos adjacentes. Precisamente porque só existe *em* e *através* dessas relações íntimas, recíprocas, dinâmicas e contraditórias.

Para expressar de forma mais concreta essas perguntas, vamos encarar este triedro de duas perspectivas: por um lado de *uma crítica decolonial* que foi trabalhada, sobretudo, na adjacência entre capitalismo e colonialidade e, por outro, desde *uma crítica feminista* que

3 A noção de montagem cobrou centralidade no último tempo a partir do uso que faz desta Manuel De Landa (2021) em sua Teoría de los ensamblajes y complejidad social. No entanto, o uso que fazemos desta noção aqui refere à utilização que tem sido feita na tradição crítica latino-americana, ligado a conceitos como os de formação social abigarrada (Zavaleta Mercado, 1986) e heterogeneidade histórica estrutural (Quijano, 2014), que foram centrais nas discussões do marxismo para compreender a complexidade da realidade latino-americana.

tem trabalhado na relação capitalismo/patriarcado. Seguindo esses desenvolvimentos, reconhecendo suas potencialidades e seus limites, pretendemos propor algumas estratégias para compreender o *triedro capitalista colonial patriarcal*, a figura que compõem, a força de seus relacionamentos e suas linhas de fratura.

II. A IDEIA LATINO-AMERICANA: HETEROGENEIDADE HISTÓRICO-ESTRUTURAL

Marxismo, eurocentrismo e colonialidade

A crítica decolonial, particularmente aquela que se inscreve na genealogia de Mariátegui e reconhece em Quijano sua figura central, surge em tensão, discutindo e tentando superar o antigo drama do desencontro entre o marxismo e a América Latina. Um drama que tem muitas aristas. Em primeiro lugar, as dificuldades do próprio Marx para pensar a América Latina. Certamente a centralidade desta, em função do papel da Conquista na “chamada” acumulação originária, não é congruente com o lugar que ocupa em sua produção teórica, seja com relação ao desenvolvimento do capitalismo no mundo europeu ocidental, seja com relação a outras realidades não europeias sobre as que escreveu de forma muito mais profusa. Esse lugar fugidio da América, para Marx, se converteu depois em fonte de um desencontro que chegou a ter consequências nefastas para o desenvolvimento do marxismo. Consequências que tiveram lugar, primariamente, na América Latina, mas que, dada a importância global deste subcontinente, se expandiram em uma escala muito maior. A concepção unilinear, unidirecional e universalmente válida da história, sobretudo sob a rémora de uma filosofia hegeliana, situou a América como uma realidade anacrônica, fora da história ou retrasada no tempo, uma realidade em maturação, em transição, que *ainda não é e tem que ser*. Marx e o marxismo reproduziram assim um velho raciocínio do pensamento eurocêntrico, patriarcal e colonial que traduz a diferença em uma diferença temporal e evolutiva: se sob o nome da Europa se dá conta não apenas de uma região do mundo, mas do que seria o seu centro e sobretudo o seu *telos*, sua forma mais acabada, o horizonte da civilização, tudo o que não é europeu, será primitivo e atrasado: seu passado. Na linguagem do marxismo isto traduziu-se na identificação das formas de produção americanas como modo de produção pré-capitalista, no problema do grau de desenvolvimento das forças produtivas, na ideia do desenvolvimento “dual”, na questão teórica e política da etapa burguesa e sua necessidade histórica ou a possibilidade de pular ela, etc. Todas perguntas que, de alguma forma, dão conta desse desencontro que levou Marx a apoiar a invasão britânica da Índia no século XVIII por seu caráter civilizador e a certo marxismo (hegemônico na II e III Internacional) a compreender os processos racistas e genocidas de formação nacional como etapas necessárias na transição latino-americana para o socialismo. Esse evolucionismo é a base do desencontro que levou muitas

vezes ao beco sem saída de um marxismo que tentava “aplicar” o método de Marx e uma realidade que, por esse mesmo gesto, se lhe tornava inapreensível.

Um desencontro que, no entanto, e em que pese seus momentos mais nefastos, foi também a fonte de toda uma série de teorizações, de buscas que permitiram que o marxismo se reinventasse. Se poderia ler assim a história do marxismo caribenho e latino-americano como a história desse problema ameaçante e os ensaios de respostas que se tornam esquivas. O problema do índio, o da raça, o do latifúndio, o do *gamonal*, o do campesinato, o da servidão, o do peronismo e os populismos latino-americanos, os conceitos de periferia, dependência, desenvolvimento desigual, *abigarramento*, heterogeneidade histórico-estrutural e, finalmente, incluindo o conceito de colonialidade, são alguns momentos desse desencontro e dessa criatividade de um marxismo assediado pela “anomalia” latino-americana.

A crítica decolonial que toma forma com Quijano é uma figura liminar na história dessas inventivas. Liminar porque, em que pese sua produção teórica ter atravessado vários desses momentos de desencontro e produtividade, o conceito de colonialidade aparece ao mesmo tempo herdando esses debates, recuperando Mariátegui como momento seminal, mas indo, definitivamente, para além dos limites do marxismo. Basicamente porque esse desencontro com a América Latina está marcado, para Quijano, por um profundo carácter eurocêntrico. Mais ainda, a finais do século passado, a própria possibilidade da “vitalidade revolucionária do marxismo” e a superação da sua “estagnação burocrática” dependiam do resgate de figuras relegadas como as de Luxemburgo ou Gramsci. Sobretudo, da superação das fronteiras eurocentristas que têm limitado o pensamento marxista ocidental, para o qual era necessário reconhecer “a contribuição criadora e vivificante dos revolucionários não-europeus para o desenvolvimento do pensamento marxista, e em especial daqueles que provêm do que a ideologia ao uso tem batizado como Terceiro Mundo”, em cujo marco, “Mariátegui ocupa um lugar fundamental” (Quijano, 2014, p. 332). Certamente, desde a Segunda Guerra Mundial, o espectro da revolução tem continuado seu assédio longe da Europa, na Ásia, na África e na América Latina. Quer dizer, o drama do desencontro, dos problemas que põe sobre a mesa e dos horizontes que inaugura não configuram um problema latino-americano, mas global. Se Mariátegui merece um lugar nesse cenário, é justamente por sua qualidade para interpretar e transformar uma realidade histórica concreta “desde dentro dela mesma”, em vez de “aplicar” acriticamente sobre ela o aparato conceitual marxista que não só desconhece o carácter eurocêntrico do capitalismo, mas que o reproduz na teoria.

Ali radica, para Quijano (2014), a “subversão epistémica e teórica original” que dará lugar a dois grandes deslocamentos. Por um lado, uma nova problematização do capitalismo como um “padrão de poder mundial” que teria nascido com a Conquista da América e que tem, na raça, um dos seus eixos constitutivos, em tanto fundamento de todo um novo sistema de dominação social. Por outro lado, uma compreensão do capitalismo como um conjunto de todos os “modos de produção” em uma estrutura ordenada em função do mercado mundial e que dará lugar ao conceito, à “ideia latino-americana” como ele a chama, de “heterogeneidade histórico-estrutural”. Para Quijano esse é o ponto

de partida do debate teórico e político em torno da colonialidade do capitalismo, ou, dito de outra forma, em torno da atualidade e da história do capitalismo como sistema mundo moderno-colonial.

Frente à leitura evolucionista do capitalismo, esses deslocamentos implicam compreender que a acumulação originária não se desenvolveu *primeiro* na Europa e *depois* fora dela, mas de um lado e do outro do Atlântico, ao norte e ao sul, ao mesmo tempo. Na América, a reciprocidade, a escravidão, a servidão não emergiram numa sequência histórica unilinear; nenhuma delas foi uma mera extensão de antigas formas pré-capitalistas, nem foram tampouco incompatíveis com o capital. O que Mariátegui descobriu sobre a realidade peruana, e que Quijano levou a uma escala continental e global, é que as formas de exploração que se deram depois da conquista eram todas “históricas e sociologicamente novas” (Mariátegui, 2014, p. 788). Formas que não coincidiram apenas espaço-temporalmente com a reprodução ampliada como meros resíduos de outro tempo, mas que foram propositalmente estabelecidas para produzir para o mercado mundial e em articulação com este. Nesse sentido, a conquista não é apenas um *momento*, como propõe certa interpretação reducionista da acumulação originária, na história do capitalismo. A conquista e o mundo colonial que inaugurou são constitutivos do capitalismo. Após o período de ocupação colonial *strictu sensu* da América, suas lógicas de classificação racial da população global, das heterogêneas e articuladas formas de organização da exploração e de codificação eurocêntrica da realidade continuaram sob o que Quijano deu em chamar “colonialidade”, essa determinação constitutiva do capitalismo como padrão do poder mundial. Assim, na América Latina nunca houve uma transição como desenvolvimento unilinear, como passagem de formas supostamente “pré-capitalistas” de exploração “violenta” para formas supostamente “pacíficas” de regulação do trabalho livre assalariado na acumulação ampliada. Isso não se deve ao suposto caráter “subdesenvolvido” do capitalismo periférico, nem diz respeito a espaços exteriores ao capitalismo, mas a sua *heterogeneidade histórico-estrutural*. E por isso, tampouco diz respeito a uma característica do “capitalismo periférico”, mas do próprio capitalismo, a secas.

Desde a conquista, essa heterogeneidade de formas de subsunção do trabalho ao capital se articulou com a ideia de raça, a qual, para Quijano, tem sua origem nesse mesmo acontecimento histórico. Com efeito, a ideia de raça nasceu como uma invenção política que permitiu legitimar e fundamentar as relações de dominação impostas pela conquista. Serviu de base para codificar as relações de poder entre conquistadores e conquistados a partir de uma suposta diferenciação biológica entre populações racialmente (e por isso, naturalmente) superiores e inferiores e justificar a dominação de uns sobre outros. A partir da constituição da América, a raça funcionou como um princípio de classificação social da população, produzindo novas formas de identidade racial (índios, mestiços, negros, europeus, brancos, etc.) que foram, desde então, o fundamento mais sólido das relações de dominação colonial. Cada uma dessas identidades foi associada aos diferentes lugares que ocupavam nas hierarquias (políticas, econômicas, de status social) do mundo colonial como constitutivas das mesmas. Assim, desde muito cedo, os conquistadores, que

num futuro se perceberiam como “europeus” e “brancos”, associaram o trabalho forçado com as raças dominadas. Desenvolveram “a percepção específica de que o trabalho pago era privilégio dos brancos” e que “a inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário” (Quijano, 2014, p. 785).

Por isso, o capitalismo como padrão do poder mundial constituiu-se (usando a metáfora de Paolo Virno) como uma vasta *Exposição Universal* onde se deram cita em um mesmo tempo e no mesmo espaço mundial todas as formas históricas de controle do trabalho, organizadas em torno e sob o domínio da relação capital-trabalho assalariado. Mas essa montagem esteve, desde seu nascimento, atravessada pelas relações coloniais e pela sua base racial. Nesse sentido, existe para Quijano uma “colonialidade do controle do trabalho” (Quijano, 2014, p. 785) ou, parafraseando o *patriarcado do salário* analisado por Federici, uma *colonialidade do salário*. Certamente, se para Federici (2015) a “transição” europeia para o capitalismo é impensável sem o confinamento e o trabalho gratuito das “mulheres”, também não o é sem o trabalho gratuito do mundo colonizado. Da mesma forma que acontece com os corpos feminizados, os povos racializados têm sido tratados como um simples recurso a ser explorado até seu desaparecimento. De fato, é isso que aconteceu com os povos colonizados da América e foi o motivo da introdução da escravidão transatlântica como forma de garantir o abastecimento dessa mão de obra racializada no “novo” mundo.

Como sustenta Quijano (2014, pp. 778-832), essa colonialidade do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma de suas formas de subsunção ao capital, decidindo uma “geografia social” do capitalismo na qual o trabalho barato não-assalariado (escravo, servil, doméstico, reprodutivo, de subsistência etc.) da América e do resto do mundo exposto a condições de extermínio permitiu a produção e reprodução do trabalho assalariado dos países centrais (para além da extração de matérias primas e metais preciosos). Asiaticxs, africanxs, latino-americanxs com seu trabalho barato e seus corpos descartáveis produziram os bens também baratos e descartáveis que financiam o desenvolvimento da classe operária europeia e da acumulação capitalista. Como diz Mbembe (2016), desde a sua origem e até a atualidade o capitalismo sempre tem se servido desses “subsídios raciais”.

Na introdução aos *Grundrisse* de 1857, Marx escreveu que nos Estados Unidos a categoria trabalho chegava a seu nível máximo de abstração, ali teria lugar de forma acabada por vez primeira. Um século e meio depois da afirmação de Marx, como relembra Sandro Mezzadra (2014), o que essa sociedade evidencia não é a abstração do trabalho, mas sua historicidade colonial transatlântica, sua marcação e divisão racial, que é inerente à exploração capitalista. A acumulação originária é, também, acumulação e produção de diferenças e hierarquias de raça, de gênero, de sexo, de corpos, de línguas, de condutas, de biografias e de geografias. A história da América, de norte a sul, evidencia de forma diversa, mas constante, como a produção e acumulação de diferenças no interior da força de trabalho desempenhou um papel central na sua subsunção ao capital. Recuperando

McClintock (1995), não podemos dizer que o capitalismo e a colonialidade apenas nasceram um na relação com o outro, mas que existem *através* dessa relação.

A colonialidade: raça, gênero, sexo

Torna-se evidente assim até que o ponto, para a perspectiva decolonial de Quijano, o capitalismo e a colonialidade se constituem reciprocamente. O capitalismo sempre foi e continua sendo capitalismo colonial e capitalismo racial e teve no eurocentrismo a sua forma hegemônica de racionalidade. Inversamente, o colonial não referia a um tempo pretérito e pré-capitalista, uma obscuridade que dissiparia as luzes da modernidade e da racionalidade capitalista. Em qualquer caso, é sua sombra, seu lado escuro, a outra cara da mesma moeda. Apenas assim é compreensível que os povos não-europeus (*logo*, racializados) em todo o mundo tenham sido considerados, desde a conquista e até nossos dias, sempre como *objetos* de dominação, exploração e conhecimento do *sujeito* europeu da razão. No entanto, algo que Quijano ressalta é que este dualismo

não afeta apenas as relações raciais de dominação, mas também as mais antigas, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o restante dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, tanto mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, embora seja uma questão que reste por investigar, que a ideia de gênero tenha sido desenvolvida depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista (Quijano, 2000, p. 806).

Dá pistas, assim, Quijano para pensar não apenas sobre a mútua conformação da colonialidade e do capitalismo, mas também a adjacência com o patriarcado. E aqui surgem duas linhas que serão determinantes dali em diante nas discussões dos feminismos decoloniais sobre as relações entre colonialidade e patriarcado. Por um lado, uma que dá por supostas “as mais antigas relações sexuais de dominação” e que busca interrogar como a modernidade colonial capitalista as transformou, tornando-as mais violentas e rígidas. Por outro lado, uma linha que retoma a sugestão apenas esboçada por Quijano, vinculando o nascimento da “ideia de gênero” à colonialidade e ao dualismo próprio da racionalidade eurocêntrica. Rita Segato (2016) desenvolveu a primeira linha em seus estudos histórico-antropológicos sobre o patriarcado colonial moderno e sua relação com o que chamou de “patriarcado de baixa intensidade”. María Lugones (2008), em diálogo com os feminismos de cor norte-americanos e chicanos, desenvolveu a segunda linha, retomando a sugestão de Quijano e levantando a “invenção colonial do gênero”. No entanto, as teses de Lugones implicam a discussão de certos pressupostos de Quijano e, particularmente, a distinção entre sexo/gênero que é a que torna possíveis essas duas leituras.

Em finais do século passado, no contexto do globalismo e do multiculturalismo, falar de raça era problemático para as ciências sociais. De fato, reconhecer a sua existência parecia uma porta para legitimar os discursos racistas. Ali a tese de Quijano mostrava toda a sua potência, dado que ao mesmo tempo em que reconhecia a sua existência, sublinhava seu caráter de artifício político: “o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos” (Quijano, 2014, p. 726). Nesse mesmo contexto, os debates sobre a chamada “questão de gênero” e as lutas por desestabilizá-lo propunham pensar sua construção histórica em relação à da raça. Segundo Quijano, esses debates sugeriam uma equação na qual “raça” seria para “cor”, assim como “gênero” seria para sexo⁴. Quijano retoma o debate e sustenta uma posição problemática: homologa as ideias de gênero e de raça em tanto “construções mentais” que expressam e legitimam relações de dominação, patriarcais e coloniais respectivamente, mas as distingue em um aspecto fundamental. A ideia de raça é um puro construto nascido na relação entre os conquistadores e os índios (primeira categoria racial) não tendo, portanto, nenhum correlato na biologia, ou seja, em nenhum comportamento biológico diferenciado do organismo ou de partes dele. A cor como forma de classificação racial, por sua vez, seria tão artificial como a raça e, inclusive, um elemento historicamente posterior, nascido no século XVII com a escravidão transatlântica no mundo anglo-americano. Do outro lado da equação, em que pese o gênero também ser um “construto mental”, para Quijano não seria assim no caso do sexo. De fato, para ele, “sexo e diferenças sexuais são realmente existentes” (Quijano, 1999, p. 105). Trata-se de uma dimensão biológica que implicaria “um comportamento biológico diferenciado”, vinculado, particularmente, a “uma questão vital: a reprodução da espécie”. Isso não quer dizer, para Quijano, que o sistema de gênero possa legitimar-se ou esgotar-se nessa diferenciação sexual, mas sim que este tem um “ponto de partida biológico”.

Daí que quando Quijano vá discutir a relação entre colonialidade e gênero, o faça com uma série de pressupostos discutíveis. Em que pese se interrogar sobre como estão imbricadas as hierarquias de gênero com a classificação racial no mundo colonial, sua análise se apresenta como uma economia política do sexo, seus recursos e seus produtos. Nela se dá por sentado que estes são femininos (e racializados) e que os que disputam pelo seu controle são sempre homens e, em primeiro lugar, brancos. Nessa economia, os homens nunca ocupam o lugar dos “recursos/produtos” e, inversamente, as mulheres não disputam nenhuma forma de controle sobre o acesso a eles. Isso é evidente nesse raciocínio: mesmo que Quijano tenha sugerido que a “ideia de gênero” poderia ter surgido com o dualismo eurocêntrico e apesar de estar disposto a interrogar a colonialidade do gênero, quando o faz “pressupõe o dimorfismo sexual, a heterossexualidade, (e) a distribuição patriarcal do poder” (Lugones, 2008, p. 82).

4 Respeitamos o uso das aspas conforme aparecem no texto do autor porque evidenciam como, em sua argumentação, “raça”, “cor” e “gênero” têm caráter metafórico, enquanto “sexo”, sem aspas, expressaria uma realidade de outra ordem. No que segue, não utilizamos as aspas, pois nos interessa denotar o caráter ao mesmo tempo metafórico e estrutural de cada uma dessas determinações.

Quijano consegue ver o triedro, suas ferramentas são centrais para compreender a mútua conformação do capitalismo e da colonialidade (e vice-versa), como um e outro estão desde seu nascimento estritamente ligados, mas não consegue levar esse mesmo raciocínio à constituição do moderno sistema colonial de gênero, que ele pensa como uma antiga forma de relação de dominação entre sexos biologicamente definidos. Vale a pena nos questionarmos se a “ideia latino-americana”, isto é, a heterogeneidade histórico-estrutural, pode nos oferecer outras pegadas para seguir interrogando essa pressuposição mútua entre capitalismo, colonialismo e patriarcado. Continuando com essa argumentação, vamos a abordar o outro eixo desse triedro: a relação entre capitalismo e patriarcado a partir de uma perspectiva feminista sobre a reprodução social.

III. A QUESTÃO FEMINISTA: A REPRODUÇÃO SOCIAL

O triedro capitalismo, colonialidade e patriarcado também tem uma longa e complexa história nos debates entre marxismos e feminismos, bem como entre diferentes vertentes feministas. O xis da questão, como na discussão anteriormente abordada sobre a colonialidade, reside em saber se o patriarcado é um sistema independente e anterior ao capitalismo ou não. Se a resposta for afirmativa, se apresenta como resíduo das relações sociais passadas e, portanto, passível de ser superado no devir histórico do capital. Já, ao contrário, se surgir com o capitalismo uma forma específica de patriarcado, que inaugura modos concretos de organizar o trabalho, a família e a reprodução das relações sociais, esses modos seriam constitutivos daquele, independentemente de terem ou não uma história anterior. Nesse caso, o que fica aberto a discussão é a modalidade da relação e o caráter do patriarcado nesta. Uma linha tem argumentado que o patriarcado e o colonialismo representam modos de produção distintos do capitalismo, atuando em paralelo com a *acumulação ampliada de capital*. A família seria para o patriarcado e o trabalho racializado ao colonialismo o que a fábrica para o capitalismo. Já outra linha os identifica como determinações superestruturais que comporiam uns modos de opressão específica, como o racismo e a misoginia, que não fariam parte da suposta estrutura econômica.

Em muitas dessas posições sempre algo falta para que o tempo histórico do patriarcado e do colonialismo seja em presente: são resíduos e determinações superestruturais, superáveis ou postergáveis, naturais ou a-históricas. Em todos os casos, quando se questiona a relação com o capitalismo e o caráter da produção, do *trabalho “da mulher”* e “do *súdito colonial*” aparece como forma falha, ao ser não remunerado ou não assalariado, “improdutivo”, não abstraível, não “explorável”.

Refletir sobre a relação entre os feminismos – em suas derivas decoloniais e marxistas materialistas – e o marxismo implica mergulhar em uma história complexa de pensamentos que se entrelaçam, que entram em disputa e que se contaminam. No entanto, é desde essa complexidade que pretendemos mostrar uma leitura crítica do marxismo e um debate feminista que permite reconhecer as imbricações determinantes da relação

entre capitalismo, colonialidade e patriarcado, bem como entre sexo, gênero, raça e classe. Buscamos avançar para além da ideia do patriarcado como um mero problema redistributivo e, portanto, não *necessariamente* capitalista e colonial, e também ultrapassar a relação apenas acessória do patriarcado e da colonialidade com a exploração e a produção de valor. Queremos pôr no centro a problemática da reprodução social, a complexidade da categoria de trabalho e uma análise do modo explodido de acumulação capitalista, a fim de compreender as forças e as dobras que compõem o triedro.

A reprodução patriarcal colonial

Os cruzamentos mais produtivos entre feminismos e marxismos nos permitem colocar no centro da análise o problema da reprodução social. Isso levanta uma série de questões concretas: como é possível que as figuras do capitalista e do trabalhador assalariado *apareçam* com regularidade no processo histórico? Por que junto com eles se reproduz uma divisão sexual, racial e internacional do trabalho? Como se produz o modo de propriedade capitalista e quais são suas implicações? Quais determinações tem o capital como relação social? Como se sucedem os processos de separação da produção e da reprodução social, e como os de exploração e expropriação? Como se produz o valor e a força de trabalho? Quais são as implicações do salário enquanto relação social e o que acontece com os trabalhos que estão fora dessa relação? Qual é a relação entre reprodução do capital e reprodução da vida?

As respostas configuram uma relação entre patriarcado, colonialidade e capitalismo a partir de uma série de pistas em uma leitura não atrofiada de Marx. Em primeiro lugar, o que aconteceria se lêssemos o tomo um de *O capital* começando pelo final? O capítulo 24 sobre a “chamada” acumulação originária desfaz a ficção construída por Marx nos capítulos anteriores, nos quais “as condições dadas permanecem invariáveis” (Marx, 2002). A abstração que permite a Marx colocar em movimento a lógica interna do capital que revela o segredo da mercadoria e do valor como crítica à economia política é posta de cabeça para baixo quando o problema da reprodução capitalista se torna evidente. Nas palavras de Fraser: “De onde veio o capital? [...] Como surgiu a propriedade privada dos meios de produção e como os produtores foram separados desses meios?” (Fraser, 2023, p. 30).

A antessala da acumulação de capital é uma cena marcada por pilhagem, saque, expropriação, navios negreiros, sangue e lodo, bruxas e calibans, guerra e conquistas. Um momento de produção de figuras como “a mulher”, “a parideira”, “o índio”, “o negro”. Para que o trabalhador “livre” assalariado e o capitalista possam *aparecer*, para que o cidadão e o proprietário possam existir, a violência e o despojo devem acontecer, se produzir e se reproduzir. Não haveria então capital e salário abstrato, mas seriam o resultado de relações sociais desajustadas e contraditórias. Produz-se algo mais do que capital e salário,

aparecem outras formas de trabalho, outros sujeitos, outras hierarquias, que a história da relação capital/trabalho deixa no esquecimento. Para Federici, nesse movimento originário não apenas se separa “o camponês da terra, mas também ocorre a separação entre o processo de produção (produção para o mercado) e o processo de reprodução (produção da força de trabalho); estes [...] começam a se separar fisicamente e [...] a ser realizados por diferentes sujeitos” (Federici, 2018, p. 15). Portanto, a criação violenta de um “trabalhador assalariado livre” expropriado de seus meios de reprodução implica uma ainda mais violenta “acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, na qual as hierarquias construídas a partir do gênero, assim como as de ‘raça’ e idade, tornaram-se constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno” (Federici, 2015, p. 90).

Ler o volume I de *O Capital* a partir do prisma de seu final implica compreender que a acumulação originária não é subsidiária da acumulação “normal” ampliada, mas que continua a operar na história do capital, expressando uma lógica específica da relação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado: o cercamento dos comuns, seu furto e esgotamento; a violência nos modos de expropriação e exploração dos territórios, dos recursos, dos corpos e das subjetividades; as guerras contra modos de vida feminizados e racializados. Essa apropriação por meios violentos fratura a extração de mais-valia em dois momentos específicos: o da produção que requer um “trabalhador assalariado livre” e o da reprodução que supõe um processo de despojo e cercamento de territórios e de corpos feminizados e racializados como recursos naturais. Só se pode entender a história passada e presente da acumulação se se levar em conta o ponto de vista dxs escravizadxs, colonizadxs, feminizadxs, cujas terras e corpos continuam sendo o principal alvo de cercamentos e violências, e cujo lugar na história da sociedade capitalista não pode ser integrado na história do salário (Federici, 2015).

A relação entre produção e reprodução social é central para compreender o triedro entre capitalismo, colonialismo e patriarcado. Do ponto de vista estrutural e material, a cisão entre as esferas é decisiva. Essa divisão é um artefato que produz a separação material das esferas da produção de mercadorias e de reprodução social da vida. Aqui reside a geração de diferenças que imbrica e hierarquiza as relações de classe, de raça, de sexo e de gênero, ao mesmo tempo em que as produz. A raça, o sexo e o gênero são produzidos junto com o valor e o trabalho assalariado. Nesse processo também se produz a naturalização da reprodução social, como algo dado com independência do devir diretamente social das relações capitalistas. E, ao fazer isso, o patriarcado e a colonialidade se apresentam como um sistema natural do “humano” que transcende a complexa história das classes sociais.

Para Marx, no capitalismo, a reprodução social da força de trabalho é determinada pela capacidade de subsistência dxs trabalhadorxs em um determinado momento histórico. Esse é o seu valor. Mas o argumento nada diz sobre quem realiza esse trabalho e por que o trabalho que garante a reprodução da *força de trabalho* não é remunerado ou se realiza em condições de maior precariedade e opressão que o trabalho considerado produtivo. Além disso, sobre essas características levanta Marx sua argumentação para

considerá-lo como algo “dado e natural”: não é remunerado, não tem tempo, não produz mercadorias, é puro valor de uso (Federici, 2013). Em certo sentido, embora Marx tenha observado que esse trabalho garante socialmente a própria capacidade de trabalhar, dependendo das necessidades de cada momento histórico e das particularidades de cada território, nada diz sobre o valor dessa produção, sobre as formas de hierarquias sociais que produz e sobre o tempo de trabalho social necessário que traz atrelado. Fica a incógnita sobre qual é a sua específica relação com as formas “claramente” capitalistas.

No entanto, também para Marx, o capital é o incessante processo de baratear a mercadoria *força de trabalho* em prol do lucro ilimitado. O que fica oculto é que esse processo se materializa em uma desvalorização da reprodução social, gerando uma das contradições centrais do capital. Potencializar a capacidade de consumo dxs trabalhadorxs é a condição da própria possibilidade de reproduzir o capital, mas, ao mesmo tempo, tal reprodução é sempre competência ilimitada e destruidora da capacidade de subsistência dxs trabalhadorxs (Fraser, 2020). A reprodução da vida e do capital se amalgama, ao mesmo tempo em que nunca são coincidentes. A reprodução da força de trabalho de unxs é às custas da vida planetária, a *reprodução ampliada* de capital é sempre às custas da despossessão da maior parte da humanidade. Uma parte que nunca é “no geral”, mas que está sexo-gênero-racialmente determinada e se encontra colonial e geograficamente distribuída.

Deste modo, as múltiplas formas de exploração, extração e mercantilização que excedem o “chamado” trabalho produtivo permitem entender o salário não apenas como uma relação entre força de trabalho e o capital, mas também como um instrumento de criação de relações de poder desiguais e hierarquias no interior da suposta homogeneidade da classe trabalhadora. Insistir na questão possibilita não separar categoricamente as esferas de reprodução do capitalismo e da vida, mas pô-las em uma relação conflitiva e contraditória central na montagem capitalista, colonial e patriarcal.

Que patriarcado? A colonialidade como problema feminista

I.

Uma série de questões teóricas, políticas e metodológicas a respeito da relação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado se complexificam se contrastarmos essa leitura em chave feminista marxista e materialista com uma leitura em chave feminista e decolonial. Em que pese a primeira perspectiva restituir ao processo reprodutivo um lugar central na análise, não consegue problematizar cabalmente as determinações inerentes ao mesmo. Não consegue dar conta das imbricações com os processos de racialização e como nele se “reproduz” uma lógica universalizante do sujeito abstrato “mulher” que esconderia, através do gênero, o dimorfismo sexual como determinação material e dada (Curiel, 2007).

Do ponto de vista do triedro capitalismo/patriarcado/colonialidade, a reprodução social não existe “no geral”: produz não apenas o “eixo estrutural” do gênero, mas também o do sexo, que se encontra atravessado pelo de raça e vice-versa (Lugones, 2008). Seguindo a crítica de Lugones à perspectiva da interseccionalidade, não se pode intersectar o que já está histórica e estruturalmente imbricado: o feminismo marxista, ao abstrair e tomar como dadas as condições do trabalho reprodutivo, apaga as determinações raciais nas hierarquias sexuais.

Segundo Federici (2015), na separação entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho se “expropria à mulher do seu corpo” para fazê-la advir “trabalhadora reprodutiva”. O que se apaga nesse argumento é que o corpo generizado é, ao mesmo tempo, racializado e sexuado. Como afirma Lugones (2008, 2014), a dificuldade se apresenta em que todos os termos pressupõem a separação quando o que se trata de expressar é sua inseparabilidade. Se a mulher “pré-existe” ao capitalismo, o *patriarcado do salário* de Federici⁵ seria um momento histórico na produção do gênero, mas não do “sexo”. A perspectiva da reprodução encontra-se com o mesmo limite que não conseguia quebrar Quijano: o sexo permanece como um universal dado. Ainda mais: para Federici, “Calibã e a bruxa” sinalizaram duas esferas separadas e não há lugar para pensar a colonialidade do gênero. O deslocamento que propunha Lugones para Quijano vale também neste caso: interrogar radicalmente o triedro supõe dar conta do gênero e do sexo como construção social já imbricada com a “raça”.

Se colocarmos em debate esta forma de patriarcado capitalista, que Federici universaliza, com as produções dos feminismos decoloniais, compreenderemos que este processo se deu de modo mais homogêneo nas regiões industriais para xs trabalhadorxs “brancos”; não foi assim no “resto do mundo”, onde a maioria dos integrantes das famílias operárias realizava trabalhos remunerados e não remunerados dentro e fora de seus lares. Não é suficiente, então, com comparar a dimensão capitalista do patriarcado, mas a relação de ambos com o racismo e a colonialidade. As negras e outras racializadas não eram consideradas “mulheres” nos termos de Federici, assim como tampouco eram relegadas ao papel de gênero materno e doméstico. Do ponto de vista do eixo estrutural da raça, o sexo não coincide consigo mesmo. Pelo contrário, os modos de vida racializados

⁵ Federici (2018) mostra como o *patriarcado do salário* se conforma na resposta a uma crise de reprodução redefinido a relação entre produção de mercadorias e reprodução da vida e o capital: a transferência da indústria leve para a pesada, a transição da mais-valia absoluta para a relativa, acentuando a institucionalização da família operária e do salário familiar. Esse modelo de produção implicou uma divisão sexual do trabalho com predominância do trabalho assalariado masculino nas fábricas e do trabalho não remunerado das mulheres nos lares. Sobre essa divisão constrói-se a naturalização do trabalho de *umas* por sobre a exploração do trabalho de *outros* (Federici, 2018). Ou seja, pondera-se a própria pertença às relações capitalistas: umas ficam fora delas, enquanto outro, o “operário assalariado”, não apenas se apresenta como o cidadão trabalhador, mas também como o sujeito universal para a revolução. Enquanto isso, diz Federici (2018), o capitalista extrai algo mais do que a mais-valia nas horas de trabalho não remunerado do operário, o tempo imensurável do trabalho reprodutivo que produz a mercadoria mais especial de todas: a força de trabalho - passada, presente e futura. A “classe trabalhadora” que vive como se “as mulheres” não fizessem parte dela e das quais seu parceiro extrai o que lhe foi subtraído na fábrica: tempo e trabalho.

e feminizados eram subsumidos na forma do trabalho escravo, seus filhxs eram considerados propriedade do patrão e o castigo era a coerção sexual ou a morte. O racismo, como regime de exploração e de subjetivação, assume uma configuração estrutural que não é alheia ao sexo e ao gênero, como tampouco o é à classe (Davis, 2005). Se, como quer mostrar Federici, não haveria uma teoria universal do capitalismo, também não poderia havê-la do patriarcado. Em outras palavras, se a sua aposta habilita a pensar o salário não como a única forma de exploração capitalista, a crítica do seu *patriarcado do salário* possibilita pensar o doméstico também como uma forma entre outras no complexo sistema patriarcal. Não há patriarcado universal. Tampouco um sistema sexo-genérico que não esteja já imbricado com a raça e a classe (Lugones, 2008; Curiel, 2007; Espinoza Miñoso, 2022; Falquet, 2017).

Se a complexa relação patriarcal é determinada pela forma salário, há que se sublinhar que esta, por sua vez, supõe a *colonialidade do salário*, elemento primordial para poder garantir a hierarquia racial e colonial do trabalho, e não apenas a sexo-genérica. Ao mesmo tempo, se esse patriarcado salarial supõe uma divisão sexo-genérica do trabalho, esquece a *colonialidade do gênero e do sexo*. Como diz Lugones, a colonialidade produziu índixs e negrxs como seres sem gênero. Se impôs o dimorfismo sexual sobre os corpos colonizados. Foi a raça o elemento que permitiu classificar e hierarquizar uns corpos como animais sexuados e outros como homens e mulheres. Se bem Federici descreve com profundidade a produção do gênero “mulher” no capitalismo com sua imbricação patriarcal e os diferentes momentos históricos que esta tem atravessado, não apenas mostrando sua importância na divisão internacional do trabalho, mas também em seus mecanismos de exploração, nada diz respeito à heterogeneidade histórica estrutural do sistema patriarcal no mundo capitalista, sua relação com a colonialidade e sobre a produção do dimorfismo sexual como eixo estrutural de um capitalismo determinado pela biologia como último e indiscutível bastião.

II.

Um problema de igual envergadura é apresentado nas teorizações de Nancy Fraser (2021; 2023), quando afirma que o capitalismo seria diretamente racista e patriarcal apenas em suas determinações históricas, mas não assim em suas presunções lógicas: onde a extração e a reprodução social seriam as condições de possibilidade da exploração capitalista. A lógica mesma do capitalismo se mantém na relação sobre determinada entre três setores chave: o intercâmbio onde o valor se realiza, a produção onde o valor se produz e os “fora” como condição de possibilidade do valor (Fraser, 2020). Se o problema da economia política foi restringir a análise do capitalismo à troca de equivalentes, o problema do marxismo foi o de tê-lo restringido à esfera da exploração e do trabalho assalariado, quando este esconde algo mais do que mais valia: a reprodução social e a

expropriação. No capitalismo, então, estas últimas entram em uma relação de “separação-dependência-rejeição” frente à produção “puramente” econômica e são cruciais para a acumulação de capital (Fraser, 2019). O trabalho não livre, não remunerado, não assalariado e dependente são centrais para a acumulação capitalista e supõem um espaço insuperável. Contudo, não assim as determinações históricas patriarcais e raciais que têm assumido ditas contradições.

Em primeiro lugar, a extração e reprodução social são condições de possibilidade da exploração e do *trabalho produtivo*. Nesse sentido, “o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com o sucesso, embora de maneira desigual, a esfera da reprodução” e da extração de valor (Bhattacharya; Varela, 2018). Quer dizer que, enquanto totalidade, o capitalismo é *um regime socialmente institucionalizado* que atravessa contradições estruturais entre o âmbito econômico e os seus “fora”: a reprodução social, a extração, a política e a ecologia. Estes “fora” estão dentro do capitalismo como suas condições “externas” de possibilidade: as do capital, do valor, do salário e da exploração. A lógica puramente capitalista é “separar a produção de seres humanos da produção de benefícios” (Fraser, Bhattacharya e Arruzza, 2019, p. 39). Todavia, tanto para sua reprodução quanto para os processos de lutas, essas esferas “externas” são centrais: a reprodução social é necessária para a existência do trabalho produtivo, a extração para a exploração, a natureza não humana para a produção de mercadorias, as condições políticas para as econômicas.

Em segundo lugar, descreve diferentes regimes históricos de acumulação em função de como cada um deles redefiniu os limites entre a acumulação e seus “fora”. Mostrando as determinações, por um lado patriarcais, na contradição produção/reprodução social e, por outro lado, raciais, na contradição exploração/extração. É esta estratégia a que permite discutir, a um só tempo, a necessidade e a contingência do caráter patriarcal e racista do capitalismo.

As contradições entre o capital e os seus fora fazem parte da estrutura lógica do capitalismo. Já as determinações concretas dessas contradições - raciais, patriarcais, democráticas, a natureza como recurso inesgotável - são históricas, contingentes e, portanto, superáveis nos marcos do capitalismo. Se ao longo da história do capitalismo vemos a estruturação dessas contradições em termos patriarcais e racistas, também presenciamos suas mutações conforme se movimenta a correlação entre os processos de luta e a produção de ganhos. Fraser sustenta que, nos marcos do capitalismo, o racismo e o patriarcado podem ser superados enquanto que formas concretas nas quais historicamente têm se apresentado as contradições insuperáveis entre reprodução social e produção e expropriação e exploração. O problema é que, em que pese para Fraser o que muda nos regimes históricos de acumulação serem as formas das relações de gênero e de raça, o que permanece inquestionado é a própria produção dessas relações. Pareceria haver uma base material do sexo e da raça que não apenas antecede o capitalismo, mas que é uma determinação da espécie humana. Portanto, a separação da reprodução e da expropriação como “foras” é necessária e estrutural, mas o fato de que tenham sido

“associadas às mulheres” ou estruturadas sob a “opressão racial” apenas é consequência de uma história contingente (Fraser, 2020, p. 76).

Pôr em debate as estratégias das teorias feministas da reprodução social nos permite pensar a categoria de patriarcado em relação ao capitalismo e à colonialidade e tensionar seus limites. O que evidenciam essas buscas é que a pergunta pelo patriarcado e sua especificidade leva indefectivelmente a nos interrogarmos pelas múltiplas sobreposições entre as dimensões do triedro. O limite que nos interessa discutir é um ponto cego dessas teorizações. Como nas aproximações à colonialidade do poder e ao patriarcado do salário, na perspectiva das “condições de possibilidade” que Fraser propõe, mesmo com todas as suas diferenças o sexo se mantém como um osso duro de roer. No fundo, a pergunta sobre a reprodução da vida, da vida humana, da “espécie”, segue arrastando a soldagem do sexual e do biológico. Mais ainda, no caso de Fraser, não é apenas o sexo o que fica como “base material” da mutação contingente e histórica do gênero, mas pareceria que a “linha de cor” é a que permite os deslocamentos das formas históricas da “opressão racial”.

IV. CONCLUSÃO

O cruzamento entre “a ideia latino-americana” e o problema feminista da reprodução social revela que o que está no jogo não é apenas uma leitura patriarcal-colonial do neoliberalismo, mas também uma genealogia segundo a qual a origem da acumulação capitalista é diretamente colonial e patriarcal. São as próprias categorias de gênero, sexo e raça as que se configuram com o capitalismo, e são as categorias de classe e de trabalho aquelas que estão sexual e racialmente determinadas e configuradas de modo colonial e patriarcal. Como se deduz do escrito até aqui, para traçar essa genealogia e esse corte epistemológico é imperioso problematizar a questão da “reprodução social”, da “colonialidade do poder” e a da sua “imbricação”. Seguindo Espinosa Miñoso (2016, p. 4), trata-se de formular uma “reinterpretação da história em chave crítica à modernidade, já não apenas por seu androcentrismo e misoginia, como o tem feito a epistemologia feminista clássica, mas também por seu caráter intrinsecamente racista e eurocêntrico”.

Para nós, trata-se inclusive de propor uma interpretação crítica da história e de nossa atualidade que parta não apenas de seu caráter androcêntrico e patriarcal, nem apenas de seu caráter classista e capitalista, nem mesmo apenas de seu caráter racista e colonial, como o têm feito, de forma isolada certa epistemologia feminista, o marxismo hegemônico e a crítica anticolonial latino-americana e caribenha. Trata-se, antes disso, de pensar estas dimensões de forma imbricada e não hierarquizada. Certamente nós sabemos que nestas três tradições foram dadas contribuições fundamentais para pensar as articulações possíveis entre tais dimensões. Entretanto, o problema tem sido definido de forma bidimensional, privilegiando as articulações entre capitalismo e gênero (Kolontain, Lonzi, Haug, Federici, Fraser, Arruzza, Gillaumin), entre capitalismo e imperialismo (Luxemburgo, Harvey), entre capitalismo e raça (Mariátegui, Quijano, Fanon, Mbembe,

Tabet), entre colonialidade e patriarcado (Lugones, Espinoza Miñoso), etc., relegando a terceira dimensão a um lugar inexistente. Ou, então, quando as três dimensões são colocadas em jogo, a colonialidade e o patriarcado aparecem como determinações subsidiárias do sistema capitalista (Davis, Fraser, Federici, Falquet, Mies).

Aquilo que está junto desde o início, se apresenta como separado porque efetivamente a produção social de diferenças que supõe o triedro se monta sobre a fragmentação da forma trabalho e suas matrizes de exploração, sobre a classificação racial da população global e sobre o dimorfismo sexual e os papéis de gênero. O gesto, então, não seria a busca de articulações, mas a reposição da unidade daquilo que nunca esteve separado. Capitalismo, patriarcado e colonialidade longe de se diferenciarem se pressupõem mutuamente como três dimensões de uma mesma realidade. Encontram-se entramadas num sistema de relações de produção/reprodução, de dominação e de subjetivação que se dá ao mesmo tempo no interior de cada uma e no jogo recíproco entre elas. A separação oculta não apenas a constituição mútua de cada uma dessas dimensões, mas também a heterogeneidade estrutural da luta. Portanto privilegia, em cada dimensão, um lugar principal, abstrato e universalizante que determina de forma complexa e perigosa a legitimidade dxs que lutam, de suas vozes, suas demandas, sua visibilidade e até mesmo da própria possibilidade de serem sujeitos. Como resultado, os sujeitos legítimos têm sido historicamente “o trabalhador” frente à exploração capitalista, “a mulher” frente à dominação patriarcal, “o negro” frente à opressão racial. Cada uma dessas figuras são abstrações inexistentes que, no entanto, produzem concretos efeitos políticos, de subjetivação, de corporalidade e de classificação nas relações sociais. Vemos, escutamos, somos uma “mulher”, um “negro”, um “trabalhador”, mais ainda um “sexo”, uma “cor”, uma “classe”.

Se essas dimensões não estão separadas, fica evidente que o trabalhador está constituído racial e sexualmente. Assim, ser reconhecido como um trabalhador depende de sua relação com os meios de produção, mas também de sua classificação racial e sexual. Ainda mais: não há mais qualquer relação capital/trabalho fora do “padrão de poder mundial capitalista” e da divisão patriarcal entre produção e reprodução. Do mesmo modo, o que entendemos que significa ser uma mulher não depende apenas de um sistema binário de gênero, mas da imposição de uma sexualidade heteronormada, colonial e capitalista que sustenta sua efetividade no ocultamento dessas determinações. Ao fazer isto, produz uma relação universal entre “homens” e “mulheres” que pressupõe o sistema patriarcal como o mal absoluto e a sua queda como a restituição de uma igualdade idílica entre os sexos. Por sua parte, o negro e o índio não são apenas o resultado de um isolado sistema de opressão racial. Ambos foram produzidos em uma rede de relações patriarcais e capitalistas centrais para o desenvolvimento da relação capital/trabalho, tanto nas metrópoles quanto nas colônias, e para a imposição do sistema colonial de gênero.

Tentamos propor algumas chaves de abordagem da figura que se compõe *em e através* da relação colonialidade, capitalismo e patriarcado, a força de suas relações e suas linhas de fratura. Pôr em debate essa relação e tensionar seus limites nos permite pensar nosso presente na tripla determinação: capitalista, colonial e patriarcal. Como afirma Espinosa Miñoso (2016, p. 166), “[...] a política que precisamos, essa que faz com que seja possível enfrentar o sistema mundo moderno colonial patriarcalista, é uma que nos permita caminhar com quem quer que esteja disposto a enfrentar até a si próprio, se fosse necessário”. Se realmente este é o desafio político para as resistências, também o é para a teoria. Fazer teoria crítica desde a América Latina supõe estar dispostxs a que nossas categorias não permaneçam incólumes. Este cruzamento nos desafia a repensar a relação entre capitalismo, colonialidade e patriarcado como a tarefa impostergável da conjuntura.

REFERENCIAS

- ARRUZZA, Cinzia. **Las sin parte**. Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo. Buenos Aires: Izquierda Anticapitalista, 2010.
- ARRUZZA, Cinzia. **Reflexiones sobre el género**. ¿Cuál es la relación entre el patriarcado y el capitalismo? se reabre el debate. Revista Sin permiso, p.1-21, 2016.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. **Teoría de la Reproducción Social**. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. Revista Archivos, n. 16, p. 37-69, 2020.
- BHATTACHARYA, Tithi; VARELA, Paula. Sobre género y clase. Entrevista a Tithi Bhattacharya. **Ideas de Izquierda**, n. 44, p. 1-18, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. In: FINEMAN, Martha Albertson, MYKITUK, Rixanne (Eds). **The Public Nature of Private Violence**. New York: Routledge, 1994. p. 93-118.
- CURIEL, Ochy. La Crítica Poscolonial desde las Prácticas Políticas del Feminismo Antirracista. **Revista Nómadas**, n. 26, p. 92-101, 2007.
- DAVIS, Angela. **Mujeres, Raza y Clase**. Madrid: Akal, 2005.
- DELANDA, Manuel. **Teoría de los ensamblajes y complejidad social**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2021.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderquis. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. **Revista Solar**, v 12, n. 1, p.141-171, 2016.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderquis. **De por qué es necesario un feminismo decolonial**. Madrid: Icaria, 2022.

EXPÓSITO, Julia; SACCHI, Emiliano; SAIDEL, Matías; LO VALVO, Emilio. **Ensamblajes neoliberales**. Buenos Aires: Red Editorial, 2022.

FALQUET, Jules. **Pax Neoliberalia**. Buenos Aires: Editorial Madreselva, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Calibán y la bruja**. Mujeres cuerpos y acumulación originaria. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

FEDERICI, Silvia. **El Patriarcado del salario**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

FRASER, Nancy. Tras la morada oculta de Marx. **New Left Review**, n. 86, p.57-76, 2014.

FRASER, Nancy. Las contradicciones del capital y los cuidados. **New Left Review**, n. 127, p. 101-138, 2015.

FRASER, Nancy. **Los talleres ocultos del capital**. Un mapa para la izquierda. Madrid: Traficante de Sueños, 2020.

FRASER, Nancy. **Capitalismo caníbal**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2023.

FRASER, Nancy; BHATTACHARYA, Tithi; ARRUZZA, Cinzia. **Manifiesto de un feminismo para el 99%**. Madrid: Herder, 2019.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**. n. 9, p. 73-101, 2008.

MCCLINTOCK, Ann. **Imperial Leather**. Race Gender and Sexuality in the Colonial Contest. New York: Routledge, 1995.

MARX, Karl. **El capital**. Tomo I, II y III. México: Siglo XXI, 2002.

QUIJANO, Aníbal. América, el capitalismo y la modernidad nacieron el mismo día. **ILLA Revista del Centro de Educación y Cultura**, n. 10. Enero, p.777-832, 1991.

QUIJANO, Aníbal. ¡Qué tal raza! Ecuador Debate. Etnicidades e identificaciones. **CAAP**, n. 48, diciembre, p. 141-152, 1999.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**. De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficante de sueños, 2016.

ZAVALETA MERCADO, René. **Lo Nacional-Popular en Bolivia**. México: Siglo XXI, 1986.

(Recebido para publicação em 20 de maio de 2024)

(Aprovado para publicação em 31 de maio de 2024)